

Há três anos atrás, gente. Aí, os nossos manifestos na Assembleia, na porta da SAP. Audiências públicas, debates, sempre lutando pela valorização, por esse sonho da Polícia Penal aqui no estado de São Paulo. Reuniões com o secretário Restivo, com o Jabá, do sindicato Sifuspesq, e tantas outras lideranças, movimentos nas ruas.

- É exibido o vídeo.

Sargento Neri, presente também nessa luta. Chuva, sol, estávamos lá. Coronel Tadeu e, sempre, Carlos Giannazi, em todas. A vitória chegou; veio de uma forma um pouco política, vindo do Governo do Estado, mas veio. Hoje, eu estou muito feliz por fazer parte disso tudo, por poder acompanhar cada passo dessa luta.

Aqui na Casa, nós temos a 06, que versa sobre a retração, a readmissão, a reintegração dos policiais que foram demitidos injustamente. Não bandido, policial bandido, mas aqueles que foram absolvidos nas esferas criminal e cível e que o administrativo da polícia, de forma arbitrária, passou o r- quero, passou por cima de todas as suas defesas e do que diz a Constituição: que todo policial militar/civil que for absolvido tem o direito de reintegrar as fileiras das instituições.

Então, eu peço aqui, hoje. Nós conseguimos todas as assinaturas, só falta a da deputada Analice Fernandes, que respon- de pelo governo. Deputada Analice, por favor, nós não estamos pedindo para a senhora votar favorável ao mérito.

Venha aqui, diga que a senhora é contrária, mas para que a PEC seja votada, colocada em votação em regime de urgência e, sim, só colocado o regime para ir à pauta. Aí cada deputado aqui tem a coragem de achar e de votar conforme a sua consciência.

Então eu peço a todos os senhores que apoiem a PEC 06, PDL 22, que traz de volta a dignidade dos aposentados. Nós dizemos, através do PDL, “não ao confisco já”, para o aposen- tado que ganha tão pouco, principalmente funcionário público, e hoje o governo tem roubado os nossos aposentados.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputada Adriana Borgo. Dando sequência à lista de oradores inscritos ainda no Pequeno Expediente, na lista suplementar, deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra, então, deputado Adalberto Freitas, que fará o uso regimental da tribuna.

Quero lembrar também a participação muito importante nesse movimento do Fábio Jabá, presidente do sindicato, que teve um papel fundamental na aprovação que faremos daqui a pouco da PEC da Polícia Penal.

Com a palavra o deputado Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente, deputado Carlos Giannazi, meu amigo, amigo de infância. Fica muito bem presidindo a Assembleia. Cumprimento os demais deputados que aqui se encontram, deputado Gil Diniz, deputada Adriana Borgo, as assessorias dos parlamentares, nossa Polícia Civil, Polícia Militar, que estão nos guarnecendo. Cumprimento a todos que estão nos vendo da galeria e também pela TV Alesp.

Gostaria de agradecer também ao Machado, da técnica. Gostaria que ele colocasse uma foto. Era para ter vindo aqui antes, mas não tive oportunidade porque estava em viagem. Quero deixar registrado, ontem foi a missa do sétimo dia, falecimento do ex-deputado federal e vereador Arnaldo Faria de Sá.

Quero deixar registrado que foi um grande homem, um exemplo de cidadão e um amigo. Com certeza, durante a vida dele como parlamentar ajudou muitas pessoas. Aproveito para ressaltar a trajetória política, em que realizou grandes e incontáveis feitos em prol da população. Com toda certeza deixou um legado de coragem, força, fé e determinação para as futuras gerações.

Presto minhas condolências e solidariedade aos familiares, amigos e inúmeros admiradores do seu trabalho e de sua trajetória. Que Deus conforte o coração de cada um e que descanse em paz, mestre.

Falo “mestre” porque eu trabalhei 15 anos como assessor parlamentar do deputado Arnaldo Faria de Sá. O pouco que sei de política aprendi com ele, então devo isso a ele. Tudo o que aprendi foi com ele. Que descanse em paz. Realmente, um verdadeiro mestre.

Quero deixar registrada também uma visita que fizemos na terça-feira, na cidade de Embu-Guaçu, no extremo sul da cidade de São Paulo. A convite do nosso novo governador Rodrigo, do prefeito de São Paulo Ricardo Nunes e do prefeito de Embu-Guaçu José Antonio Pereira - a gente o chama de Zé Antonio - estivemos presentes na assinatura de autorização do início de obras e recuperação funcional e recapeamento da estrada vicinal de Jaceguava.

É um investimento de 26 milhões. Serão realizadas melhorias em 13 quilômetros e meio, extensão que liga o município de São Paulo a Embu-Guaçu. Após a conclusão, beneficiará a população de dois municípios, de todos os municípes que transitam diariamente por essa vicinal.

No ato também houve autorização para obras de melhoria na Estrada do Cipó, que faz ligação com o bairro do Cipó, em Embu-Guaçu, um investimento de seis milhões. Por conta das ações do nosso mandato - nós ajudamos - foram incrementados os valores para que as obras sejam iniciadas e concluídas o mais rápido possível.

Quero deixar os meus cumprimentos ao governador Rodrigo, ao prefeito de São Paulo Ricardo Nunes, que está fazendo um grande trabalho à frente da prefeitura, meu amigo, prefeito de Embu-Guaçu, Zé Antonio, também outra pessoa que está fazendo um trabalho excelente lá na cidade. Eu o conheço desde que era procurador do município há mais de dez anos. E um grande abraço também para o meu amigo vereador do Embu-Guaçu, Maicon Siqueira, e para as demais autoridades que estiveram presentes nesse evento.

Finalmente, eu gostaria, presidente deputado Gil Diniz, que assumiu, de passar um vídeo sobre uma entidade chamada “Casarão Brasil”, que foi uma reportagem da emissora... Acho que Rede Globo. Gostaria de passar aí esse vídeo.

- É exibido o vídeo.

Só para concluir, presidente, obrigado, Machado. Bom, pessoal, vocês viram esse vídeo. Eu fui procurado, no ano passado, por essa instituição. No começo, o pessoal não queria me receber porque eu era do partido PSL.

Ligavam o PSL ao Bolsonaro. Mas, quando eu fui fazer a minha campanha política, eu falei para o pessoal do meu mandato, quando eu assumi, que não queríamos discriminação, de hipótese alguma, no meu gabinete.

Então eu fiz questão de visitar essa casa de acolhimento. E coloquei, aqui na Assembleia Legislativa, um projeto de lei para ser reconhecida como de utilidade pública estadual.

Então tive muita resistência, por alguns parlamentares, uma demagogia tremenda. Eles não sabem que nós vivemos num mundo, hoje, que temos que respeitar todas as pessoas como elas são. Isso, para mim, é extremamente importante.

Eu quero agradecer a todos os parlamentares que ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, aprovaram o meu projeto de lei, o 294, da minha autoria, que declara essa associação do filme, que chama Casarão Brasil, de utilidade pública, com sede aqui em São Paulo.

Então eu quero agradecer aos parlamentares que sabem que a gente tem que amar ao próximo. Independente da opção sexual da pessoa, nós temos que amar essas pessoas. E, se nós estamos aqui na Assembleia Legislativa, a maior assembleia legislativa da América Latina, nós temos que ter respeito por todas as pessoas, independente do que elas são.

Então eu quero agradecer e mandar um abraço para o presidente, o Rogério de Oliveira, que preside muito bem a entidade Casarão Brasil. Essa é uma organização social sem fins lucrativos, fundada em 2008. Com certeza, com esse título de utilidade pública, trará muito mais benefícios para todas as pessoas LGBTQI+-. É isso que chama, não é isso?

Então, parabéns, Casarão Brasil. Podem contar com esse parlamentar, que não tem forma nenhuma, de preconceito nenhum. Vamos sempre estar brigando para o que precisa.

Muito obrigado, presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Adalberto Freitas. Convido, para fazer uso da tribuna, o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente.

Sr. Presidente, tenho acompanhado os concursos públicos realizados, não só no nível da administração estadual, de várias secretarias, do TJ, do MP, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, mas também de vários municípios.

Sr. Presidente, o que acontece aqui no Estado de São Paulo, com o PSDB? O PSDB é especialista, às vezes, em realizar concursos públicos que, inclusive, são todos aprovados aqui no plenário da Assembleia Legislativa, mas de não fazer a chamada. Tem vários concursos, inclusive, que já caducaram. Já perderam a validade porque o governo só realizou os concursos, mas não fez a chamada.

Ou faz uma chamada precarizada, só para o preenchimento de algumas vagas. As outras vagas, ou ficam sem preenchimento, ou são ocupadas com cargos por contratações precarizadas.

Isso tem acontecido muito no Estado, principalmente na nossa área, a área da Educação. Mas tem alguns municípios que imitam, que copiam o PSDB, esse lado perverso do PSDB.

Me refiro primeiro ao município de Taboão da Serra, que tem um concurso desde 2019, de PDI, professora de desenvolvimento infantil. O governo municipal não faz a chamada.

Quando faz, o faz de uma forma muito aquém de preencher as vagas existentes. Inclusive, muitas vezes, contratando pessoas nessas contratações, que eu digo que são contratações precária, porque elas têm um tempo de validade.

Isso vem acontecendo em alguns municípios. Mas, Taboão, estou aqui com o edital comigo, o Edital nº 1, de 2019, cargo de PDI, que é esse exemplo. Então eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, pedir para que a Prefeitura e o prefeito da cidade de Taboão da Serra façam a chamada imediata dessas professoras de Educação infantil, que estão esperando para serem chamadas.

É muito importante que nós tenhamos servidoras, sobretudo na área da Educação, que entrem através do concurso público, para que possam acessar uma carreira minimamente estável.

Isso é fundamental para que a Educação seja oferecida à população com mais qualidade. Então, fica aqui o nosso apelo ao prefeito, que inclusive já foi deputado estadual aqui na Assembleia Legislativa.

O mesmo acontece com a prefeitura do município de Mauá. Tem aqui um outro edital de abertura, de 2020. Também há muitas reclamações, muitas denúncias contra a prefeitura, muitas pessoas que foram aprovadas no concurso.

Concurso da Educação, para professora. São vários cargos: de professora, tem aqui de merendeira. Mas todos da área da Educação. Diretor de escola, enfim. E também a chamada lá é muito lenta, e as pessoas estão reclamando. Tem muitas denúncias.

Então, faço aqui também o mesmo apelo para a prefeitura de Mauá, para que o prefeito da cidade faça a chamada imediata de todas as pessoas aprovadas nesse concurso, nesse edital de abertura. Está aqui: Concurso Público no 02, de 2020. A prefeitura tem que chamar; realizou o concurso. O concurso tem um custo para as pessoas e tem um custo para a prefeitura também.

E é uma lei: todo concurso é aprovado pelo Poder Legislativo, tem dotação orçamentária, senão não aprova. Então, quando um prefeito ou uma prefeita, ou o próprio governador, não faz a chamada, ele está cometendo crime de responsabilidade, porque ele está afrontando uma lei existente, uma lei que foi aprovada no Parlamento, seja ele Municipal, seja o Parlamento Estadual; ou mesmo Federal, em relação ao governo federal.

Então, está aqui: tem edital, tem lei aprovada, tem dotação orçamentária. Os cargos estão vagos. Por que não chama? Então, nós seremos obrigados a acionar o Ministério Público Estadual para que providências sejam tomadas contra a prefeitura. E também vamos acionar o Tribunal de Contas caso não haja a chamada das pessoas aprovadas.

Eu vou acompanhar com lupa agora esses dois concursos: o de Mauá e o de Taboão da Serra, ambos da área da Educação, Sr. Presidente. Porque as pessoas estão esperando. Os cargos estão vagos, e as pessoas foram aprovadas. Há lei aprovada na Câmara Municipal, teve edital do concurso. Então, é uma obrigação, não é um favor a prefeitura fazer a chamada das pessoas aprovadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Encerrados os inscritos no Pequeno Expediente pela Lista Suplementar...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, eu queria fazer só mais um pronunciamento, para encerrar, então, antes do levantamento desta sessão,

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Hoje nós vamos - na verdade, daqui a pouco, às 16 horas e 30 minutos - voltar e votar, logicamente, a PEC da Polícia Penal.

Mas antes, Sr. Presidente, eu quero dizer que eu estou acompanhando, também com lupa, a luta dos professores, do Magistério, dos servidores da Educação aqui da capital, de São Paulo, da rede municipal, contra a aprovação do Projeto de lei no 573, de 2021, projeto de lei de uma vereadora do Partido Novo.

Esse projeto está polemizando bastante. Sr. Presidente, na imprensa. Olha só o absurdo, Sr. Presidente: eles querem agora privatizar as escolas municipais. Não contentes com a privatização, com a terceirização da educação infantil...

O que acontece na educação infantil em São Paulo: nós temos 300 creches da rede direta e mais de 2.000 creches da rede conveniada, que são controladas por grupos políticos, vereadores, deputados, partidos, igrejas e vários outros grupos, que instrumentalizam, muitas vezes, essas creches para fins econômicos, políticos e eleitorais.

Só que, Sr. Presidente, a transferência de recurso público é muito grande. Ela gira em torno de quase quatro bilhões de reais por ano para esses grupos que eu citei. Ou seja, essas creches conveniadas, que deveriam ser uma exceção, não são, porque são duas mil creches conveniadas e apenas 300 da rede direta, olha só.

E são creches, em geral, também precarizadas, que exploram as professoras, pagando um salário aviltante. As professoras não têm direito ao Piso Nacional Salarial, não têm direito à jornada de trabalho que tem a professora da rede direta.

Então as condições são extremamente precarizadas de trabalho, sobretudo funcionais e salariais, para essa rede conveniada. Eles querem fazer o mesmo agora, Sr. Presidente, com o ensino fundamental e médio da rede municipal, entregando a gestão da escola municipal para esses grupos, para as organizações sociais de caráter privado, transferindo dinheiro do orçamento para esses grupos econômicos que não têm nada

de organização social, têm o caráter privado e têm também o interesse no lucro.

Imagina, o projeto é tão absurdo, Sr. Presidente, tão inconstitucional, é uma excrecência total. Esse pessoal perdeu a noção da realidade querendo entregar a gestão de uma escola municipal, dando autonomia para que essa organização social coloque um diretor, coloque professores de fora da escola, que essa organização social elabore o projeto pedagógico da escola e organize o currículo da escola.

Isso é um absurdo e afronta a LDB - a Lei de Diretrizes da Educação Nacional, Lei 9.394 -, o Plano Nacional de Educação, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal. Toda a legislação é afrontada por um projeto como esse, mas eles querem aprovar na Câmara Municipal.

Mas tem resistência. As entidades representativas todas estão mobilizadas, o Magistério, os servidores do Quadro de Apoio Escolar. Há uma ampla mobilização contra, porque isso vai significar o fim da escola pública na cidade de São Paulo. Se isso vira moda, Sr. Presidente, é o fim mesmo da escola pública.

Na verdade, o que está detrás desse projeto é uma questão ideológica, política e econômica. É, na verdade, transferir dinheiro da Educação, porque o orçamento da Educação é o maior orçamento que existe, e esses grupos econômicos querem abocanhar a grana da Educação.

Estão abocanhando o dinheiro da Saúde, a Saúde já está praticamente quase que toda entregue às organizações sociais, enriquecendo esses grupos que já se apoderam de uma boa fatia do orçamento da Saúde, do SUS. Agora eles querem atacar também a educação básica e, em São Paulo, o ensino fundamental.

Eu quero aqui dizer que o projeto está em tramitação na Comissão de Educação. Por sorte, o relator na Comissão de Educação, o vereador Celso Giannazi, que inclusive é meu irmão, ele já deu um parecer contrário.

O parecer que ele protocolou ontem foi contrário ao projeto de lei, elencando todas as contradições, todas as ilegalidades, todos os absurdos desse projeto que atenta contra as nossas crianças, contra os adolescentes, contra todos os trabalhadores e trabalhadoras da Educação.

Então nós queremos repudiar veementemente esse PL 573. Aqui ele foi derrotado, porque o deputado Daniel José apresentou o projeto e nós não deixamos que o projeto fosse aprovado. Era um projeto semelhante a esse, inclusive do partido Novo também. Ele era do Novo, e essa deputada Cris Monteiro também é uma deputada do partido Novo.

É um partido que é pior do que o PSDB, porque é o partido que na verdade faz o trabalho sujo que o PSDB agora fica com vergonha de fazer e terceiriza para o partido Novo fazer, contra sobretudo os servidores públicos e contra o erário público, no caso da Educação. O que o projeto pretende é transferir o recurso, dinheiro do orçamento público, para as entidades sociais de caráter privado, Sr. Presidente.

Então todo o repúdio aqui do nosso mandato ao PL 573 que está tramitando na Câmara Municipal e que será derrotado pela mobilização e pela nossa bancada do PSOL, que está mobilizada.

Também tenho certeza de que o parecer de vereador Celso Giannazi vai ajudar muito a esclarecer e dar visibilidade para todas as contradições e sobretudo a crueldade desse projeto que ataca frontalmente a Educação pública da cidade de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e agora, havendo acordo entre as lideranças, e não havendo mais nenhum orador no plenário, eu solicito o levantamento desta sessão, informando a todos que nós voltaremos daqui a pouco, às 16 horas e 30 minutos, para votar a PEC da Polícia Penal.

Parabéns, vocês que se mobilizaram, o pessoal do Fórum Penitenciário, as entidades todas mobilizadas, no acampamento, nas audiências públicas, nas caminhadas que vocês fizeram, a elaboração da PEC 1, que foi fundamental, que vocês elaboraram, a PEC 1, do Fórum Penitenciário.

Nós protocolamos ela aqui na Assembleia Legislativa, depois teve a PEC 4 também, mas, com certeza, toda essa mobilização foi a responsável pela entrada, pelo envio da PEC 2 do governo estadual, que teve que correr atrás do prejuízo, porque a Assembleia aprovava ou a um ou a outro.

Então, o Rodrigo Garcia correu atrás do prejuízo e apresentou a PEC 2. Nós vamos aprovar a dois porque nós não estamos fazendo questão de exigir a autoria. Nós queremos votar a regulamentação da lei federal que institui em todo o Brasil a Polícia Penal.

Parabéns, pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.) O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Parabéns pela PEC também de Vossa Excelência. Teve o nosso apelo, a nossa assinatura, e hoje será regulamentada aqui nesta Casa a Polícia Penal.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 56 minutos.

23 DE JUNHO DE 2022

Presidência: CARLÃO PIGNATARI
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação, em 1º turno, e declara aprovada a PEC 2/22. Convoca uma segunda sessão extraordinária, a ter início dez minutos após o término da presente sessão. Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.

- Passa-se à ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Proposta de Emenda à Constituição. Discussão e votação em 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2022, de autoria do Sr. Governador.
Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada em 1º turno.
Convocações: nos termos do Art.100, inciso I do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 26ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 24/06/2022.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não havendo mais nada a discutir nesta sessão, está levantada a presente sessão.

- Encerra-se a sessão às 16 horas e 31 minutos.

23 DE JUNHO DE 2022

Presidência: CARLÃO PIGNATARI
RESUMO
ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado em 2º turno a PEC 2/22. Agradece aos deputados que assinaram a lista e informa que na próxima quinta-feira fará a promulgação do projeto.
2 - DELEGADO OLIM
Para comunicação, faz pronunciamento.
3 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
4 - ADRIANA BORG0
Para comunicação, faz pronunciamento.
5 - CORONEL NISHIKAWA
Para comunicação, faz pronunciamento.
6 - TENENTE NASCIMENTO
Para comunicação, faz pronunciamento.
7 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
8 - EDSON GIRIBONI
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - ENIO LULA TATTO
Para comunicação, faz pronunciamento.
10 - CORONEL TELHADA
Para comunicação, faz pronunciamento.
11 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
12 - CONTE LOPES
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - SARGENTO NERI
Para comunicação, faz pronunciamento.
14 - JANAINA PASCHOAL
Para comunicação, faz pronunciamento.
15 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
16 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Agradece ao governador Rodrigo Garcia e a todos os envolvidos na aprovação desta PEC.
17 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
18 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Encerra a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.

- Passa-se à ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Discussão e votação do 2º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2022, de autoria do Sr. Governador.
Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o 2º turno da Proposta de Emenda nº 2, de 2022. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada em 2º turno. (Manifestação nas galerias.)
O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. Uma rápida comunicação?
O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Só gostaria de fazer um agradecimento aos 68 deputados que assinaram a lista para que a gente pudesse fazer a votação por acordo hoje, o 1º turno e o 2º turno.
Era um anseio da categoria e era um dever nosso antes de fazer o recesso. Então, quero agradecer a todos e convidá-los, os presidentes de associações, sindicatos, que na próxima quinta-feira eu irei fazer a promulgação da PEC, está bom?
Um abraço a todos.
O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - O deputado Olim tinha pedido e eu o interrompi, Dr. Jorge. Aí eu passo para o senhor.
O SR. DELEGADO OLIM - PP - PARA COMUNICAÇÃO - É uma rápida comunicação, só para agradecer a todos e parabenizá-los. Uma realidade: Polícia Civil, Polícia Militar e Polícia Penal. Agradeço aos sindicatos - Sindasp, Sindcop - pelo tanto que trabalharam e todos os deputados que apoiaram vocês. Agora vocês já podem dizer que são policiais - é mais do que merecido - das forças de Segurança de São Paulo.
Parabéns a todos. (Manifestação nas galerias.)
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Jorge do Carmo.
O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores - está aqui o deputado Enio Tatto comigo - em nome da liderança da Minoria - está aqui o nosso deputado Carlos Giannazi - em nome dos nossos dez deputados do Partido dos Trabalhadores, também parabenizar os policiais penais por essa conquista.
Nós fizemos uma composição, um acordo e aqui nós votamos unanimemente por conta do que combinamos e para fazer justiça a eles. Então, parabéns a todos os policiais penais que estão aqui representando essa categoria importante.
Um abraço. (Manifestação nas galerias.)
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, Dr. Jorge.
A SRA. ADRIANA BORG0 - AGIR - Pela ordem, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pela ordem, deputada Adriana Borgo.
A SRA. ADRIANA BORG0 - AGIR - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero agradecer a todos os senhores que estiveram aqui, que acamparam aí na rua, que deram a cara a tapa, vocês são maravilhosos. Uma luta de tantos anos, não é, Jabá?
Deputado Giannazi, não posso deixar de expressar minha gratidão pelo senhor comprar não só a necessidade das polícias civis e militares, mas também da polícia penal, que é a minha família da Segurança Pública. Vivi para ver isso. Agora, a gente espera que a PEC 06 e o PDL 22 também tenham esse sucesso.
Muito obrigada.
O SR. CORONEL NISHIKAWA - PL - Comunicação, Sr. Presidente?
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado Coronel Nishikawa.
O SR. CORONEL NISHIKAWA - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Como um dos fundadores da Secretaria de Administração Penitenciária, para nós... Ele falou que eu estou novo. Eu estou